

# Índios pataxós retomam cinco fazendas

*Usando como "escudo" o presidente da Funai, Júlio Gayger, os pataxós começaram pela Fazenda Paraíso*

Armados com bordunas e paramentados como para uma guerra, cerca de 300 índios pataxós invadiram ontem, no município de Pau Brasil, cinco fazendas já reconhecidas pela Justiça, de forma irreversível, como pertencentes à tribo. A ocupação foi pacífica, apesar de muito tensa, tendo os índios levado como "escudo" o presidente da Funai, Júlio Gayger, por temerem uma reação dos fazendeiros. Gayger, embora impedido de deixar a aldeia, disse que não se considerava refém e que respeitava a decisão por achar "muito legítimas" as queixas dos pataxós contra o governo. Ele anunciou um plano emergencial de assistência para dotar de infra-estrutura tanto as terras já ocupadas pelos pataxós quanto as fazendas tomadas ontem, que são a Paraíso, São Gonçalo, São Sebastião, Nova Vida e Nova Vida II, totalizando 780 hectares. Jornalistas de todo o País, que foram a Pau Brasil para a cobertura do enterro do índio Galdino, assassinado em Brasília, também ficaram retidos, mas foram liberados após três horas. Dezoito agentes da Polícia Federal somente chegaram à região no fim da tarde, quando já se tinha consumado a invasão. Eles cuidaram apenas de fazer um levantamento dos bens pessoais e dos animais pertencentes aos fazendeiros. A sentença que reconhece as fazendas como terra indígena foi proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília



Foto: Marco Aurélio Martins

*Movidos pela revolta devido à morte de Galdino, os pataxós tomaram cinco fazendas que a Justiça havia reconhecido como suas*

# Pataxós ocupam fazendas na área da reserva

Levi Vasconcelos

**P**au Brasil - Usando o presidente da Funai, Júlio Marcos Germany Gayger, como "escudo" contra possíveis reações dos fazendeiros, os índios pataxós hã-hã-hã deflagraram ontem, no início da tarde, a ocupação de cinco fazendas que totalizam 780 hectares, sobre as quais o Tribunal Regional Federal da 1ª Região de Brasília já reconheceu o direito de manutenção da posse indígena desde novembro. Com bordunas nas mãos e paramentados eles invadiram a Fazenda Paraíso sem encontrar reação de nenhum dos nove empregados presentes no momento. O proprietário, Marcos Vinicius, o Marcão, um dos que mais vinham ameaçando os índios, não estava.

Os índios anunciaram a decisão de ocupar a área logo após a realização de uma reunião, pela manhã, para discutir a situação legal das terras em disputa, com a participação do presidente da Funai, do advogado Waldir Farias Mesquita e do deputado federal Alcides Modesto (PT), que também ficou retido. "Vocês são a garantia de que não seremos agredidos pelos fazendeiros. A decisão de retomar as fazendas já foi tomada pela comunidade e nós vamos cumpri-la", afirmou o cacique Wilson Pataxó, ou Ninho.

Mais de 300 índios caminharam a pé da sede da aldeia até a Fazenda Paraíso, que na placa da entrada já ostentava o novo nome de "Santa Marina", e entraram na casa-sede procurando armas. Um dos índios encontrou uma escopeta calibre 12 carregada de balas. Antes, o presidente da Funai havia ponderado que só iria até o local acompanhado da Polícia Federal, mas como em Ilhéus, cidade onde fica a delegacia mais próxima, era feriado, e o jeito foi requisitar os agentes de Salvador, os índios entenderam que iria demorar demais e resolveram não esperar. A PF só chegou no final da tarde.

## Gayger refém

Bastante curiosa era a situação do presidente da Funai, Júlio Marcos Gayger. Chegou atrasado para o enterro do índio Galdino, no final da tarde de anteontem, e de lá não mais saiu, retido pelos índios, que viram nele uma garantia fundamental para assegurar o direito à terra. "Ele não está preso. Só não pode ir embora sem que nós tenhamos garantias de que nossos problemas serão resolvidos", explicava o cacique Wilson Pataxó. "Não me sinto refém. Estou aqui por vontade própria", rebatia Gayger. Diante da pergunta sobre o constrangimento de não poder desfrutar do direito de



O presidente da Funai (camisa branca), tendo à direita o deputado Alcides Modesto, teve que acompanhar os índios na retomada das fazendas que ocupam áreas da reserva Caramuru

ir e vir, ele respondeu: "Mas eu não quero ir. Estou aqui de livre e espontânea vontade".

"E o senhor concorda com esse tipo de atitude?", perguntou o repórter, referindo-se à decisão de ocupar o imóvel. "Não é questão de concordar ou discordar. É uma decisão da comunidade", retrucou. "E o senhor acha isso certo?", insistiu o repórter. "Só a história vai dizer", completou. Gayger disse que já está acostumado a dormir em aldeias, mesmo como presidente da Funai, e garantiu que, como indigenista (ele é oriundo da Comissão Indigenista Missionária-Cimi, que é ligada à CNBB), já presenciou muitas situações idênticas. "Aqui, a agenda é grande e nada tenho a tratar que não possa ser adiado", justificou ele.

As cinco fazendas que começaram a ser ocupadas ontem (Paraíso, São Gonçalo, São Sebastião, Nova Vida e Nova Vida II) integram o miolo da reserva pataxó hã-hã-hã demarcada em 1926 pelo Exército,

que teve parte da área ocupada por fazendeiros. A questão é complexa. Existem na área 398 fazendeiros de cacau que assumiram as terras através de arrendamento junto ao antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). As fazendas que foram ocupadas ontem já sofreram ação semelhante em 93, mas os índios saíram forçados pela Polícia Militar.

Os índios entraram na Justiça e uma juíza de 1ª instância, de Ilhéus, negou liminar. O Tribunal Regional de Brasília reformulou a decisão assegurando aos índios o direito de manter a posse e, em março, o acórdão foi publicado e encaminhado à Justiça de Ilhéus, a quem cabe dar efeito prático ao caso, o que não foi feito. Hoje, a procuradora geral da Funai, Ana Alcântara, chegará a Ilhéus para tomar as providências cabíveis sobre o processo. As fazendas que começaram a ser ocupadas ontem produzem cacau e tinham muitas cabeças de gado soltas e um currais.

## Ocasão favorável a acordo

Se o governo estiver mesmo interessado em resolver a questão das terras dos pataxós hã-hã-hã é agora ou nunca. Pau Brasil já foi um rico produtor de cacau. Chegou a produzir 600 mil arrobas e hoje, como toda a região cacaceira, vive uma situação difícil em consequência da crise na lavoura. Não produz mais que 70 mil arrobas. Fazendas e mais fazendas foram aniquiladas pela seca que durou três anos e a vasoura-de-bruxa, e o resultado é que muitos fazendeiros concordam em vender suas propriedades, se achar preço justo.

"Nossa situação é ruim. A arrecadação da prefeitura, que hoje é em torno de R\$ 200 mil, é para tu-

do e acaba não dando para nada. Temos 624 funcionários e só a folha de pessoal consome R\$ 154 mil", afirma o prefeito Durval Santana (PMDB), lembrando que a situação dos índios em nada difere do restante da comunidade. "Os índios precisam de terra e há terra sobrando. Não precisa tomar a terra de quem não quer sair. Basta comprar a de quem quer vender", assinalou. Ele é um dos que têm propriedades na reserva.

Pau Brasil tinha 22 mil habitantes, mas a crise provocou um êxodo sem precedentes e hoje a população está em 16 mil. O prefeito considera difícil resolver o problema dos índios com a entrega dos 36 mil hectares demarcados em

1926. "A área é quase toda de fazendas beneficiadas, todas produtivas, mas há muita gente querendo vender, dentro e fora. A solução do problema só depende do governo. Só, única e exclusivamente do governo", enfatizou.

"Eu não diria que a solução é agora ou nunca, mas sim que poderíamos aproveitar o momento favorável", assinalou o presidente da Funai, Júlio Marcos Gayger. Entre os pataxós, já há antecedentes de acordos para os índios migrarem para outras terras. Os seguidores do cacique Nelson Saracura, em torno de 800 índios, concordaram em mudar para a Fazenda Vida Nova, em Camamu, comprada pela Funai.



Os caciques culpam a Funai pela falta de segurança dos índios

## Índios pedem punição na AL

José Bomfim

O prélio da Assembléia Legislativa, no Centro Administrativo da Bahia, transformou-se ontem em território indígena. Caciques de várias tribos foram participar de um debate promovido pela Comissão de Proteção ao Meio Ambiente. O assassinato do pataxó hã-hã-hã Galdino Jesus dos Santos, em Brasília, e a questão da demarcação de terras foram os principais assuntos discutidos. Os índios culpam a Funai pela falta de segurança deles na capital federal. Entidades como Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne) e Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia (ANAI-Ba) estiveram presentes, lançando notas públicas e participando dos debates.

A maior preocupação dos índios, nesse momento, é quanto à punição dos assassinos de Galdino dos Santos. Antes dos debates, deram entrevista coletiva à imprensa os caciques

Manoel Pataxó; Paulo Titia; Adauto de Barra Velha; José Sátiro, dos Xucuru Kariri; Josefa Kiriri; Manoel Kiriri; Gregório Kaimimbé; João Dantas, também Kaimimbé. Depois de iniciada a coletiva, chegou Maninha, dos Xucuru Kariri, da coordenação do Apoimne, e vários deputados.

Manoel Pataxó fez um apelo para que a opinião pública e a Justiça não deixem impunes os matadores de Galdino dos Santos. Dentre outros crimes hediondos cometidos contra índios, o cacique citou o praticado contra o índio pataxó Djalma, em 1988. "Ele foi trucidado, teve os dentes, as unhas e os órgãos genitais arrancados. Nenhum dos seus assassinos está na cadeia", afirmou Manoel Pataxó. Os índios desconfiam muito do que levou ao assassinato de Galdino dos Santos. Não descartam a hipótese do crime de mando e culpam a Funai pelo índio ter sido barrado na pensão em que estava hospedado, sendo obrigado a dormir na rua.

## Morte de Galdino precipitou solução

O índio Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo em Brasília, na madrugada do último domingo, tornou-se um mártir do seu povo. O motivo que o levou à capital federal, participar de uma reunião na Funai sobre a imissão de posse de cinco fazendas, já reconhecidas pela Justiça como propriedade indígena; foi reconhecido oficialmente ontem pelo governo, que enviou 18 agentes da Polícia Federal para assegurar a integridade dos índios pataxós.

Assim que os agentes da PF chegaram, no final da tarde, o presidente da Funai, Julio Marcos Gayger, deixou a aldeia, dirigiu-se à Casa Paroquial de Pau Brasil, conversou pelo telefone com o ministro da Justiça, Milton Selligmann, e logo depois deu entrevista coletiva à imprensa, quando anunciou que o governo respeita a decisão da comunidade indígena de se antecipar ao cumprimento de uma decisão judicial irrecorrível. "Não fui refém dos índios. Para mim era uma questão de honra dar uma resposta à comunidade indígena que tinha queixas da Funai e do Estado, muito legítimas".

Gayger anunciou também um plano assistencial de emergência para atender as prioridades dos pataxós, no que se refere a infra-estrutura, como instalação do sistema de abastecimento de água nas áreas que eles já ocupam, além da estruturação das fazendas ocupadas ontem. Prometeu, ainda, agilizar recursos da ordem de R\$ 100 mil para periciar todos os 36 mil hectares da área dos pataxós, de-



A ocupação das fazendas foi pacífica mas houve momentos de tensão entre índios e empregados das propriedades

marcada em 1926.

Segundo o presidente da Funai, que voltou a dormir ontem na fazenda Paraíso, ocupada pelos índios, no caso das cinco fazendas ocupadas ontem, a Polícia Federal realiza um inventário de tudo que foi encontrado de uso pessoal dos fazendeiros, além dos animais que são de sua propriedade. As benfeitorias dos imóveis serão analisadas e identificadas caso não fique caracterizado que os ocupantes das terras tenham agido de má fé. (LV)

## Jornalistas retidos até invasão

O imprevisto da situação e a urgência em realizar a ocupação das fazendas provocaram constrangimentos entre índios e jornalistas que estão fazendo a cobertura dos acontecimentos envolvendo a aldeia Caramuru-Paraguassu. Durante cerca de três horas, repórteres, fotógrafos e cinegrafistas das equipes de A TARDE, Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, Correio Braziliense, TV Globo e TV Record foram impedidos de deixar a reserva. "Quem está aqui não sai", or-

denou um dos conselheiros índios.

A justificativa para manter os jornalistas na área era de que estavam no meio do processo de ocupação das fazendas. Por isso, os profissionais foram autorizados a acompanhar a caminhada com os veículos em que estavam, devidamente vigiados por índios até a chegada na sede da Fazenda Paraíso. Ali, o cacique Wilson Jesus dos Santos liberou os jornalistas para ir até a cidade de Pau Brasil transmitir as matérias e fotos. (Agência JB)